



XIV ANPED-CO

XIV ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE

3364 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)
GT 11 - Política de Educação Superior

A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

Stéfani Quevedo de Meneses - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
Paola Gianotto Braga - FACULDADE DE EDUCAÇÃO

A pesquisa tem como objetivo a análise das Políticas Públicas de Inclusão na educação superior que salvaguardam acesso, permanência e conclusão de curso na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. A pesquisa de cunho documental permeou a investigação dos Relatórios de Gestão da UFMS. Após a análise e discussão dos dados observaram-se algumas evoluções nas políticas da Educação Superior efetivadas na UFMS, porém, ainda existem barreiras organizacionais a serem rompidas, concernentes a falha no processo de triagem efetuada a partir das matrículas, as quais são representadas por dados ainda inconsistentes, para possibilitar atendimentos mais otimizados.

Palavras-chave: Educação Superior. Educação Especial. Políticas.

INTRODUÇÃO

É fulcral assegurar o acesso e permanência à educação, não apenas no nível básico, mas também no superior, para tanto, faz-se necessário perscrutar sobre a existência e eficácia das políticas que preconizam a inclusão, acesso e permanência do estudante com deficiência na Educação Superior, sob o recorte da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, na égide da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

Tem-se como pontos de investigação o funcionamento das políticas de acesso para acadêmicos com deficiência, ao elencar os dispositivos centrais, os quais oferecem suporte à criação de programas que contribuam para a inclusão o acesso e a permanência desses sujeitos dentro da UFMS. Durante o perscruto optou-se pela averiguação documental com o levantamento de ações na seara da perspectiva de Educação Especial, desenvolvidas dentro universidade supracitada, a partir do ano de 2008, por intermédio de recortes em ordem cronológica dos Relatórios de Gestão da UFMS.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Um pressuposto de investigação do itinerário das Políticas de Inclusão para a Educação Superior (2008) precisa adotar, mesmo que brevemente, um resgate dos dispositivos que antecedem a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, dessa forma, para conduzir a priori, a estruturação deste estudo consta-se com a contribuição de Maciel & Anache (2017) as quais delinearão, sequencialmente, alguns dos principais dispositivos como o Programa Incluir estruturado pela Secretaria de Ensino Superior (SESU) juntamente com a Secretaria de Educação Especial (SEESP), com o intuito de incluir pessoas com deficiência na Educação Superior, alicerçados pelo Decreto nº 5.296/2004 (BRASIL, 2004). Posteriormente, há parceria entre o SESU e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

As autoras ainda ressaltam que em 2006 houve a assinatura do Decreto nº 5.773, o qual prevê normas, funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de Educação Superior, assim como o

Projeto de Lei nº 7.200/2006 com regulamentação para a educação superior brasileira. Por fim, as autoras inferem que o ano de 2007, foi deveras importante com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que abarcou o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência proposta pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU, 2006), foi ratificada no Brasil em junho de 2008, estabelecendo o compromisso do Estado em cumprir ações previstas no documento supracitado, afirmando seu caráter obrigatório com a publicação do Decreto 186/2008. Destarte, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como sustentáculo tal Decreto. É imprescindível inferir que o documento salienta em sua introdução a relação atrelada entre a Educação Inclusiva e os Direitos Humanos apresentando como propósito a equidade (BRASIL, 2008).

Miranda (2011) infere que a inclusão da pessoa com deficiência na Educação Superior é gradativa, em decorrência de uma pequena parcela da população ter acesso à educação básica aos serviços de reabilitação. Também ressalta como obstáculo, a forte tendência da privatização da educação superior, o elitismo e o mito de incapacidade da pessoa com deficiência. Nesse prisma destaca-se a seguinte concepção:

[...] nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente (FOUCAULT, 1999, p. 119).

É sabido que os valores econômicos empregados pela sociedade hodierna influenciam diretamente na estruturação educacional, em que se costuma primar por um mero condicionamento, que muitas vezes, é escamoteado por falsas práticas de inclusão.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva também pontua a necessidade de pensar em direitos de uma educação contínua assegurando a transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior (BRASIL, 2008).

Sequencialmente no ano de 2010, há o Decreto Nº 7.234, que dispõem acerca do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (BRASIL, 2010).

Em 2011, os núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES) tem sua estruturação apresentada com o Decreto Nº 7.611, referindo-se a Educação Especial à luz do Atendimento Educacional Especializado (BRASIL, 2011).

O Incentivo ao Acesso e Permanência de Acadêmicos com Deficiência na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com extensão ao ano de 2015 a 2019, apresenta propostas de incentivo que abarcam investimentos para ações de acesso, permanência e conclusão de curso, destinadas aos sujeitos que venham apresentar impedimentos físico, sensoriais, mentais/intelectuais, múltiplas deficiências, transtornos mentais, incluindo também pessoas com altas habilidades/superdotação (PDI, 2015-2019).

A Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas (DIAF) na UFMS iniciou suas atividades no ano de 2013, e tem por objetivo o acompanhamento de acadêmicos com deficiência, como também prestar assistência aos acadêmicos indígenas, pretos, pardos e quilombolas na referida instituição.

Nas considerações do relatório de atividades da DIAF (2015) consta a conjectura de desmembramento da divisão, de modo que possam ser criados Núcleos de Acessibilidade para a UFMS, como prescreve a legislação oficial, com a intenção de instaurar outro Núcleo para atender a população indígena, pretos, pardos e quilombolas, requerendo também, profissionais que possam ser capacitados para atender as diferentes demandas. Contudo, ainda não houve publicação de conhecimento, que afirme a realização do desmembramento da divisão.

A DIAF realiza Atendimento Educacional Especializado (AEE) tendo como aparato legal o Decreto Nº 7.611/2011 (o Decreto 6.571/2008 que antecedeu tal dispositivo foi revogado, sendo substituído pelo decreto em questão), que assegura a educação especial, o atendimento educacional especializado, que no artigo 3º determina a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular, e como referido anteriormente, prevê a estruturação dos núcleos de acessibilidade nas IFES (BRASIL, 2011).

Santana (2016) assevera que o AEE fornecido na UFMS tem como mote a identificação das necessidades educacionais de acadêmicos que pertencem ao público alvo da Educação Especial, vislumbrando o rompimento de barreiras físicas de comunicação e informação impeditivas na participação acadêmica e social. Também infere sobre a execução de entrevista semiestruturada, que coaduna com a identificação das necessidades do acadêmico e na sequência, há o planejamento de atendimentos que possam contribuir para o processo de aprendizagem.

ANÁLISE DOS DADOS

Para a fundamentação das análises, optou-se pela pesquisa dentro do site da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), na procura por dados dentro de uma hipotética linha do tempo via Relatórios de Gestão publicados, que pudessem descrever as principais ações que se concretizaram a partir de 2008.

Tal instituição apresenta sua sede localizada na capital Campo Grande – MS, tendo Campus pelo estado de Mato Grosso do Sul nas cidades de Aquidauana, Bonito, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas.

No relatório de gestão de 2008 foi registrado em seu Objetivo 4: Ampliar programas de educação continuada, em parceria com entidades governamentais e de classe. A Meta - 2 tem o objetivo de incentivar a participação de docentes em programas de educação continuada. Apresentou-se como evento realizado - “Curso de Capacitação Educar na Diversidade: Deficiência Mental e Processos Educativos”. (Relatório de Gestão, 2008, p.122). Já em 2009, há referência sobre Educação Especial no relatório dentro do Objetivo 3: Aperfeiçoar o Programa Nacional de Fomento à Extensão e Atendimento Estudantil na Instituição. Na meta 4: Criar e aperfeiçoar Programas de Assistência Estudantil - registra como realização no ano, a elaboração e aprovação a ação de extensão: “UFMS Acessível - estratégias para inclusão de acadêmicos com deficiência na UFMS” (UFMS, 2009, p. 90).

No ano de 2010 dentro das ações desenvolvidas, porém, não previstas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) refere-se à Modernização e Dinamização do sistema da Biblioteca, sendo disponibilizado um computador para consulta com programa específico para deficiência visual (Relatório de Gestão, 2010). Em 2011 na Diretriz 5 – que se refere ao Compromisso Social da Instituição, dentro do programa de apoio ao estudante, registra que a realização da pesquisa retrospectiva, descritiva e documental, entre o ano 2009 a 2011, que identifica o número de 167 acadêmicos com algum tipo de deficiência. Tal levantamento foi realizado para posteriormente possibilitar atendimento (UFMS, 2011).

Tomando como referência da consulta de relatórios os anos 2012 e 2013, o primeiro ano, como meta de apoio ao estudante, apresenta o levantamento anual do número de pessoas com deficiência, as quais prestaram tal declaração na matrícula. Com o auxílio do Núcleo de Tecnologia da Informação/NTI, referindo o total de 318 acadêmicos. Após a coleta de dados foi realizada intervenção via telefone e a maioria dos acadêmicos disse possuir baixa visão, porém não precisava de atendimento especializado e auxílio, uma vez que o uso de lentes corretivas sanava as limitações. Posteriormente houve a construção de um documento com orientações de desenvolvimento de conteúdo aos professores que lidavam com estudantes, os quais apresentavam alguma deficiência. No mesmo ano houve também o registro de programas elaborados pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), em convênio com a UFMS, visando à formação para o trabalho sob o regime de estágio profissionalizante supervisionado, para educandos com deficiência mental, com prorrogação de contrato por até 60 meses (UFMS, 2012).

Em 2013 com o levantamento do número de educandos com deficiência, foi constatado 55 estudantes, apenas 5 destes necessitaram de atendimento. Também foram entregues orientações de trabalho aos professores dos referidos discentes. Nesse período há registros sobre a instauração do Programa de Apoio aos Estudantes, sendo atendidos todos que se encontram em condições de vulnerabilidade, o qual incluiu o público da educação especial, auxiliando nos campos de moradia, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e auxílio pedagógico (UFMS, 2013).

O Relatório de Gestão de 2014 aponta o levantamento anual do número de acadêmicos com deficiência dentro de suas metas, registrando 212 estudantes. Também dispõem sobre cursos para formação de

profissionais acerca das práticas educacionais inclusivas e para o uso da Língua Brasileira de Sinais; Tradutor ou Intérprete de leitura do sistema Braille; serviços de audiodescrição e tecnologias assistivas, mudanças arquitetônicas visando a acessibilidade, bem como incentivos de produção de pesquisas no mote da Educação Especial para o 1º Encontro de Educação Inclusiva no Ensino Superior. Vale ressaltar que também infere sobre as orientações prestadas aos acadêmicos com deficiência e ao corpo pedagógico pela DIAF (UFMS, 2014).

O registro do levantamento de acadêmicos com deficiência em 2015 apresenta o total de 221. A DIAF passa a atender 60 acadêmicos que fazem parte do público-alvo da Educação Especial. Também aponta investimento para aquisição de recursos humanos qualificados para a DIAF, assim como a aquisição de diversos materiais como uma impressora em Braille, 10 calculadoras sonoras, 5 teclados ampliados, dentre outros, assim como a prestação de espaços adaptados. (UFMS, 2015).

Apesar da criação da DIAF ter ocorrido no ano de 2013, os relatórios de gestão que apresentavam dados minuciosos sobre o trabalho realizado nesse setor, tem a divulgação no relatório do ano de 2016. Neste ano há uma justificativa sobre os acadêmicos que declaram ter alguma deficiência, o número apontado foi de 212, apresentando queda em comparação ao ano anterior, por esse motivo, há uma nota esclarecendo, que muitos educandos que declaram ter baixa visão, apenas fazem uso de óculos, estes acabam confundindo os termos apresentados nos formulários. No documento também consta a informação de que a DIAF já tentou tomar algumas providências para melhorar o formulário, no entanto, ainda não obteve sucesso. As listas sobre os equipamentos permanentes de acessibilidade também constam no relatório do presente ano, assim como a prestação de contas em relação aos ambientes adaptados. De acordo com o relatório foram realizados acompanhamentos de 23 acadêmicos com algum tipo de necessidade educacional especial no ano de 2016, totalizando 315 atendimentos (DIAF, 2016).

CONSIDERAÇÕES

Os investimentos realizados pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, bem como as propostas de inclusão que foram se alicerçando nesses dez anos de aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, notabilizam alguns avanços e esforços, porém ainda é imprescindível cogitar que a falha organização durante as matrículas de acadêmicos com deficiência pode resultar em inúmeras problemáticas, uma vez que, enquanto ocorre o processo da comprovação de que acadêmicos apresentam ou não baixa visão, dentre outras especificidades, outros estudantes com deficiência que necessitam de auxílio acabam por não receber atendimento durante um mês, um semestre ou maior número de tempo.

Evidentemente, a organização dos números de acadêmicos matriculados nos cursos de graduação precisa de um registro conciso, para que possam existir acompanhamentos constantes em relação a possíveis desistências, transferências de curso, possibilitando a investigação do que motiva tais acadêmicos a efetivarem as respectivas práticas, para que possam ocorrer possíveis intervenções e inclusive reavaliações do trabalho realizado pela DIAF.

Se na matrícula houver a apresentação impreterível de laudos comprobatórios das deficiências, a triagem poderá ser mais efetiva, pois se há grandes diferenças entre os números reais e o quantitativo de declarações, os profissionais da DIAF irão levar mais tempo para chegar a comprovação de que há necessidade de adequações e provisão de materiais, e assim se organizarem para bem atender. A triagem realizada por intermédio de laudos médicos concluídos, também poderá auxiliar nos encaminhamentos de atendimentos clínicos, que são efetivados pela DIAF e que contribuem fortemente para a construção da aprendizagem do acadêmico, bem como de seu sentimento de pertença social.

Há vários registros de que a divisão envia documentos com orientações específicas acerca de cada deficiência aos professores, sobre as avaliações alternativas e demais intervenções no currículo, todavia, não bastará apenas o encaminhamento desse informativo, será preciso que membros da Divisão acompanhem essas ações *in loco*, para intervenções curriculares que possam trabalhar com métodos preventivos, de modo que não haja errôneas reprovações designadas a acadêmicos que não foram efetivamente avaliados nos finais dos semestres.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC/SEsu. **Políticas e Programas na Educação Superior**. 2007.

_____. Ministério da Educação. Decreto nº 7.611/2011, de 17 de novembro de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2011.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** - Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Decreto nº 6.949/2009, de 25 de agosto de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2009.

_____. Presidência da República. Lei nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**. Brasília, DF: MEC, 2010.

DIAF. **Relatório de atividades 2015**. p.29; dez. 2015.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MACIEL, C. E.; ANACHE, A. A. **A permanência de estudantes com deficiência nas universidades**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 33, n. especial 3, p. 71-86, dez. 2017.

MIRANDA, T.G. A inclusão de pessoas com deficiência na universidade. In: JESUS, D.M; BAPTISTA, C.R; BARRETO, M.A.S.C; VICTOR, S.L. **Inclusão práticas pedagógicas e trajetória de pesquisa**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2011, p.120.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília, DF: ONU, 2006.

SANTANA, Leila Lima De Souza. **Acesso e Permanência na Educação Superior** – estratégias e ações da divisão de acessibilidade e ações afirmativas/ DIAF na UFMS. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – (UFMS). Campo Grande, 2016, p.120.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS. **Relatório de Gestão UFMS**. Disponível em: http://www-new.ufms.br/wp-content/uploads/2015/12/relatorio_de_gestao_2008.pdf. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. **Relatório de Gestão UFMS**. Disponível em: http://www-new.ufms.br/wp-content/uploads/2015/12/relatorio_de_gestao_2009.pdf. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. **Relatório de Gestão UFMS.** Disponível em: http://www-new.ufms.br/wp-content/uploads/2015/12/relatorio_de_gestao_2010.pdf. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. **Relatório de Gestão UFMS.** Disponível em: http://www-new.ufms.br/wp-content/uploads/2015/12/relatorio_de_gestao_2011.pdf. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. **Relatório de Gestão UFMS.** Disponível em: http://www-new.ufms.br/wp-content/uploads/2015/12/relatorio_de_gestao_2012.pdf. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. **Relatório de Gestão UFMS.** Disponível em: http://www-new.ufms.br/wp-content/uploads/2015/12/relatorio_de_gestao_2013.pdf. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. **Relatório de Gestão UFMS.** Disponível em: http://www-new.ufms.br/wp-content/uploads/2015/12/relatorio_gestao_2014 UFMS.pdf. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. **Relatório de Gestão UFMS.** Disponível em: <https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2016/04/Relatório-Gestão-2015-UFMS.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. **Relatório de Gestão UFMS.** Disponível em: <https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2017/03/Relatório-Gestão-2016-UFMS.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.